

# **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: CONTRIBUIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM**

**Camila Torres da Paz<sup>1</sup>; Carine Ferreira Galvão<sup>2</sup>; Rafaela Fonseca Lopes<sup>3</sup>; Rita de Cássia Calfa Vieira<sup>4</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo trata da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que enfoca as estratégias que viabilizam seu enfrentamento como categoria de análise central para a compreensão da dinâmica deste fenômeno no âmbito da assistência de enfermagem. Assim, este estudo tem como objetivo analisar, através da literatura, as contribuições da equipe de enfermagem acerca da assistência à mulher vítima de violências. Trata-se de uma revisão de literatura integrativa, cujo levantamento dos artigos ocorreu em junho de 2018 na Base de Dados da Biblioteca Virtual em Saúde com o emprego dos descritores “Violência Contra Mulher” e “Cuidados de Enfermagem”, ao qual permitiu obtenção de 110 artigos científicos que, após submetidos aos critérios de inclusão totalizaram 23 artigos, destes, 5 estavam repetidos e 1 foi excluído por não contemplar o objetivo do estudo, permanecendo assim 17 pesquisas. Após a identificação dos títulos nos periódicos foi feita uma leitura exploratória para a familiarização do material selecionado, tendo-se um cenário mais geral sobre as informações contidas nos artigos. Sequencialmente, foi realizada uma leitura analítica para identificação de unidades de registro que possibilitaram a elaboração das seguintes categorias: Potencialidades da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência, Fragilidades da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência e

---

<sup>1</sup> Enfermeira Obstetra; Especialista em Educação Permanente e Preceptorial do SUS; Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – FAMAM; Docente da graduação em Enfermagem da Faculdade Maria Milza – FAMAM e da Especialização em Enfermagem Obstétrica da EBMSp. E-mail: camilatorrespaz@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1880862855767805>.

<sup>2</sup> Enfermeira da Estratégia de Saúde da Família de Sapeaçu-Ba e Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus. E-mail: cariferreira25@outlook.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9779437382396043>.

<sup>3</sup> Enfermeira; Especialista em Saúde Pública e Educação Permanente em Saúde; Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – FAMAM; Coordenadora da Atenção Básica de Sapeaçu-Ba; Docente da graduação em Enfermagem da Faculdade Maria Milza – FAMAM; Enfermeira do Ambulatório de Enfermagem do Centro Integrado de Pesquisa e Extensão Maria Milza Docente da graduação em Enfermagem da Faculdade Maria Milza – CIPeM. E-mail: rafaellalopes008@hotmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9185479626060249>.

<sup>4</sup> Enfermeira Obstetra; Docente da Unijorge; Membro da ABENFO Nacional; Diretora da Maternidade Tsylla Balbino; Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Enfermagem Obstétrica da EBMSp. E-mail: ritacalfa@hotmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2581318156352565>.

Estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher. A partir das categorias, evidenciou-se a importância da qualificação profissional para a efetivação da assistência às usuárias dos serviços de saúde, bem como valorização da atenção básica como espaços relevantes para a promoção, prevenção dos agravos decorrentes da violência contra a mulher.

**Palavras Chave:** Agressão. Cuidado de Enfermagem. Violência de Gênero.

## **ABSTRACT**

This article deals with violence against women, at the same time as it focuses on the strategies that enable its confrontation as a central analysis category for the understanding of the dynamics of this phenomenon in nursing care. Thus, this study aims to analyze, through the literature, the contributions of the nursing team about the assistance to women victims of violence. It is a review of the integrative literature, whose survey of articles occurred in June 2018 in the Virtual Health Library Database with the use of the descriptors "Violence Against Women" and "Nursing Care", which allowed obtaining In addition, there were 23 articles, of which 5 were repeated and 1 were excluded because they did not take into account the objective of the study, thus remaining 17 studies. After identifying the titles in the periodicals, an exploratory reading was made to familiarize the selected material, with a more general scenario about the information contained in the articles. Sequentially, an analytical reading was performed to identify registry units that enabled the elaboration of the following categories: Potentialities of nursing care for women victims of violence, Fragility of nursing care for women victims of violence and Strategies for coping with violence against women woman. From the categories, the importance of the professional qualification for the effectiveness of the assistance to the users of the health services, as well as valuation of the basic attention as important spaces for the promotion and prevention of the aggravations resulting from the violence against the woman was evidenced.

**Keywords:** Aggression. Nursing Care. Gender Violence.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência é fruto de uma construção histórica influenciada por questões sociais, políticas e culturais, que atinge a humanidade trazendo impactos avassaladores para a saúde pública. Neste sentido, tal prática contra a mulher é vista como um grande problema de saúde pública, principalmente pelo meio em que estas mulheres são agredidas, onde muitas delas são vítimas dos próprios familiares ou de pessoas do convívio diário (CARNEIRO, 2012; MOURA, 2011). Neste contexto, Silvino et al. (2016) acrescentam que as mulheres estão vulneráveis a exposição de eventos violentos, destacando-se a agressão física e sexual pelo simples fato de serem mulheres.

Nesta perspectiva, Zuchi et al. (2018) trazem que a agressão contra a mulher é uma questão de gênero, se fazendo presente entre homens e mulheres nas diferentes culturas, baseadas em construções sociais do masculino e feminino. Portanto, essas diferenças atribuídas ao gênero pressupõem a violência contra as mulheres.

A violência de gênero representa uma das principais formas de transgressão dos direitos humanos, atingindo as mulheres em seu direito à vida, saúde e integridade física (BRASIL, 2011). Diante deste contexto, várias ações ministeriais foram criadas com vistas ao enfrentamento desse problema, dentre elas a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) criado pelo Ministério da Saúde a fim de intervir no quadro de mulheres que já sofreram algum tipo de abuso. Além disso, o Congresso Nacional aprovou em 2008, o PL 0001/2008 ao qual propusera medidas de enfrentamento e prevenção de agravos às mulheres; outro marco importante foi a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, a qual exigia do poder público a criação, manutenção e gestão de serviços de prevenção e combate à essa prática (GOMES et al., 2012).

A Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, tem como principal objetivo criar mecanismos para inibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, permitindo apoio e condutas de proteção à mulher vitimada e exposta a estes agravos, deste modo, ela passa a ganhar empoderamento diante desse processo (BRASIL, 2016).

Dentre as agressões mais relevantes e sofridas pelas mulheres destacam-se: física, psicológica, sexual e moral. Nesta perspectiva, estudos realizados por Leite et

al. (2014) apontam que 10 a 50% das mulheres em todo o mundo já sofreram agressão física em algum momento de suas vidas, sendo seus conjugues o principal autor da violência.

Diante deste contexto, a equipe de enfermagem necessita prestar-lhes uma atenção qualificada voltada para a prevenção e assistência (MOURA, 2011). Ademais, Moraes et al. (2010) ressaltam que o primeiro contato da mulher vitimada no serviço de saúde geralmente ocorre através dos profissionais de enfermagem, ao qual necessitam acolhê-las de forma humanizada e holística, avaliando através de exames físicos, seguindo os protocolos institucionais e realizando encaminhamentos quando necessário.

Diante do exposto, Zuchi (2018) traz que decorrente as situações de violência contra as mulheres podem acarretar em adoecimento físico e psicológico, degradação social das mesmas e até mesmo óbito, destacando a necessidade de um acolhimento através da escuta qualificada dos profissionais de enfermagem, que é de fundamental importância no processo de cuidar frente a tais situações.

Neste sentido, percebe-se que o enfermeiro tem papel relevante na assistência às mulheres vítimas de agressão, pois atua diretamente no acolhimento e atendimento a estas pacientes, com intuito de promover condições favoráveis para recuperação da saúde no âmbito da brutalidade sofrida, seja ela qual for. Para tanto, o (a) enfermeiro (a) deve estar devidamente capacitado para atuar dentro desta situação, proporcionando intervenção precoce diante do diagnóstico e na profilaxia de doenças. Dessa forma, o estudo traz como questão de investigação: Como tem sido a assistência de enfermagem frente ao agravo da violência contra as mulheres?

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo geral analisar, através da literatura, as contribuições da equipe de enfermagem acerca da assistência à mulher vítima de violências. E os específicos foram: Identificar as potencialidades e fragilidades da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência, e elencar as estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher.

## METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado a partir de uma revisão de literatura integrativa que, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), trata-se de um estudo com a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, ao qual permitiu a inserção de estudos experimentais e não experimentais para o completo entendimento do fenômeno estudado.

O levantamento dos artigos ocorreu em junho de 2018, na Base de Dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com o emprego dos descritores “Violência Contra Mulher” e “Cuidados de Enfermagem”, obtendo-se um total de 110 artigos científicos. Foi estabelecido o recorte temporal dos últimos cinco anos (2013 a 2017).

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos completos em língua portuguesa, disponíveis eletronicamente, publicados entre 2013 e 2017 em periódicos da área de interesse e em formato de artigo. Após serem atendidos os critérios, foi totalizado um universo de 23 artigos, sendo 16 artigos na Base de Dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), 9 na Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e 1 na CidSaúde, como demonstrado no Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1.** Resultados das buscas nas bases de dados eletrônicas e seleção dos títulos relacionados ao assunto em questão.

<b>BASES DE DADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>ACEITOS</b>
LILACS	16	13
BDENF	9	4
CidSaúde Cidades Saudáveis	1	0

**Fonte:** Dados de Pesquisa, 2018.

Foram encontrados 23 estudos, dos quais 5 apresentaram-se repetidos em mais de uma base e 1 não se aplicava a proposta deste estudo. Os artigos que se repetiram em duas bases de dados foram agregados na base de dados que apareceu primeiro no momento da pesquisa. Assim, das 23 publicações elencadas,

17 abordavam o tema proposto e foram selecionadas para compor este estudo, como evidenciado no Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2** – Descrição dos estudos incluídos na revisão integrativa, segundo título, autor (es), base de dados e ano de publicação.

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Base de Dados</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano de Publicação</b>
1	Atuação dos Enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência	BDEF	SILVA, N. F. S. et al.	2017
2	Violência contra a mulher dentro de um contexto biopsicossocial: um desafio para o profissional de enfermagem	BDEF	RODRIGUES, W. F. G.; RODRIGUES, R. F. G.; FERREIRA, F. A.	2017
3	Aspectos éticos e legais no cuidado de enfermagem às vítimas de violência doméstica	LILACS	ACOSTA, D. F. et al.	2017
4	Percepção de profissionais de saúde sobre a violência contra mulher: estudo descritivo	LILACS	MACHADO, M. E. de S. et al.	2017
5	O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico	LILACS	TRIGUEIRO, T. H. et al.	2017
6	Mulheres e Violência: características e atendimentos recebidos em unidades de urgência	LILACS	SILVINO, S. C. M. et al.	2016
7	Intencionalidades da ação de cuidar mulheres em situação de violência: contribuições para a Enfermagem e Saúde	LILACS	CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. de M.	2016
8	Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado	LILACS	LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S.	2015
9	Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral	LILACS	MENEZES, P. R. de M. et al.	2014
10	A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil	LILACS	DINIZ, D. et al.	2014
11	Conhecimento de enfermeiras em unidades de saúde sobre a assistência à mulher vítima de violência	BDEF	SANTOS, J. et al.	2014

12	Cuidado à mulher em situação de violência conjugal: teoria fundamentada nos dados	BDEF	GOMES, P. N. et al.	2013
13	Violência Institucional, autoridade médica, e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde.	LILACS	AGUIAR, J. M. de; d'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.	2013
14	O cuidado de enfermagem à mulher vítima de violência doméstica	LILACS	AGUIAR, R. S.	2013
15	Aborto provocado: representações sociais de mulheres	LILACS	PÉREZ, B. A. G. et al.	2013
16	Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher	LILACS	ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. de O.; BARLEM, E. L. D.	2013
17	Violência contra a mulher: limites e potencialidades da prática assistencial.	LILACS	SILVA, E. B. da; PADOIN, S. M. de M.; VIANNA, L. A. C.	2013

**Fonte:** Dados de Pesquisa, 2018.

Após a identificação dos títulos nos periódicos foi feita uma leitura exploratória para a familiarização do pesquisador com o material selecionado, tendo-se um cenário mais geral sobre as informações contidas nos artigos. Sequencialmente, foi realizada uma leitura analítica para identificação de unidades de registro que possibilitaram a elaboração de categorias: Potencialidades da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência; Fragilidades da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência e Estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher.

Mediante reconhecimento das categorias a partir da ordenação dos conteúdos manifestos nos artigos, foi feita a leitura interpretativa viabilizando a compreensão em relação aos resultados encontrados no material e a solução para o problema proposto no estudo, além da articulação dos dados com referencial teórico sobre a temática.

No que se referem aos periódicos dos artigos selecionados, todos foram identificados, com destaque para a Acta Paulista de Enfermagem e Escola Anna

Nery Revista de Enfermagem, responsável por 23,4% das produções sobre a temática analisada.

**Quadro 3** – Distribuição dos artigos segundo os periódicos, 2018.

Periódicos	Artigos selecionados	
	(n)	(%)
Acta Paulista de Enfermagem	2	11,7%
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	2	11,7%
Enfermagem em Foco	1	5,8%
Revista de enfermagem UFPE	1	5,8%
Texto e Contexto de Enfermagem	1	5,8%
Revista Eletrônica de Enfermagem	1	5,8%
Revista Baiana de Enfermagem	1	5,8%
Revista de Enfermagem UERJ	1	5,8%
Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	1	5,8%
Revista Online Journal of Nursing	1	5,8%
Caderno de Saúde Pública	1	5,8%
Revista Saúde e Sociedade	1	5,8%
Revista Bioética	1	5,8%
Journal of Health Sciences	1	5,8%

**Fonte:** Dados de Pesquisa, 2018.

Conforme apresentado no Quadro 3, os periódicos em que a maioria dos artigos analisados foram publicados pertencem às áreas de Enfermagem e Interdisciplinar. Tal achado permite inferir que essas áreas compreendem a importância de trabalhos sobre a temática e, portanto, aceitam a temática Violência Contra Mulher em seus periódicos.

Quanto ao período de publicação, constatou-se que os anos que apresentaram maior número de artigos publicados foram 2013 e 2017, com 06 (seis) e 05 (cinco) publicações respectivamente, correspondendo a 61% de publicações incluídas no estudo. O ano de 2014 aparece com 03 (três) publicações, 2015 e 2016 aparecem com 01 (uma) e 02 (duas) publicações, respectivamente.



Em relação ao delineamento de pesquisa, identificou-se que das 30 publicações, dez utilizaram abordagem qualitativa (58,8%), três quantitativa (17,6%), um quanti-quali (14,2%) e um de revisão integrativa de literatura (14,2%). Portanto, a abordagem metodológica dos estudos evidencia forte tendência para realização de pesquisas qualitativas sobre a temática.

Com relação à autoria, os 17 trabalhos analisados foram publicados por 66 autores, sendo 54 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Contudo, pode-se observar que houve maior predomínio de autores do sexo feminino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **POTENCIALIDADES DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

A assistência à mulher vítima de violência deve ser foco da equipe de enfermagem, pois além de ser considerado um evento bioético muito relevante, pode provocar agravos físicos e problemas psicológicos irreversíveis, fato que necessita de associação de ações que visem prevenção e reabilitação. Sendo assim, no que se refere às potencialidades da assistência de enfermagem encontradas nos estudos, o artigo 1 demonstra que os enfermeiros têm consciência da existência do problema e indicam caminhos para um atendimento eficaz através da conversa e escuta qualificada, prestando atenção nas queixas das usuárias como subsidio para a identificação da violência, bem como, atentando-se para marcas ou lesões que possam desvelar o agravo.

Neste sentido, Moraes et al.(2018) ressaltam que a confiança da mulher dentro dos serviços de saúde se dá quando há conhecimento adequado da rede permitindo realização de ações preventivas, com registro, encaminhamentos e acompanhamentos adequados, transmitindo assim um elo de confiança as mesmas, potencializando a assistência.

Corroborando estudos realizados por Aguiar (2013), Lima et al. (2017) e Moura et al. (2011) evidenciaram o acolhimento, a construção do vínculo e

conhecimento do funcionamento da rede para realização do direcionamento correto como as principais intervenções de enfermagem. Entretanto, pode-se observar que é importante a criação de vínculos entre profissional e as mulheres durante as consultas com o intuito de estreitar os laços de confiança através da promoção do diálogo, acolhimento e escuta qualificada.

Os artigos 8 e 13, enfatizam, no que tange aos cuidados de enfermagem a mulher vítima de violência doméstica, que cabe ao enfermeiro que assiste esta mulher proporcionar não só o vínculo, mas apoio e suporte a ponto que desperte a sua confiança, individual e institucional, possibilitando assim mobilizar recursos sociais e familiares, expondo a mulher formas de lidar e enfrentar o problema, permitindo-lhe fazer escolhas e aumentando sua autoestima, orientando quanto às diversas formas de encaminhamentos e soluções de segurança objetivando a quebra do ciclo de violência.

O artigo 5, menciona que através da violência sexual acometida em mulheres, os sentimentos que mais predominam após ser vitimadas são de tristeza e angústia, trazendo como consequência, severos sinais e sintomas como distúrbios psicológicos e sentimento de impotência. Nesta perspectiva, podemos perceber que o olhar do profissional que atende essas mulheres vai para além da identificação da lesão oriundas da agressão.

Cortes et al. (2015) ressaltam que os profissionais devem dialogar com as mulheres vítimas de violência sobre a importância do empoderamento, sobre seus direitos e em relação à importância de conversar e expor seu problema, afim de procurar ajuda da família e profissionais de saúde como um processo de apoio e fortalecimento.

O artigo 12 destaca a necessidade efetiva de interação entre as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) a qual é formada por profissionais que podem servir de apoio na identificação de violência durante grupos de conversas, discussões entre equipe através de estudos de caso, construção de projetos terapêuticos singular através de estudos multidisciplinares voltados à mulher violentada. Neste contexto, pode-se perceber que a discussão de casos é uma potencialidade para as equipes de saúde visto que através da análise de cada caso é possível decidir o tipo de atendimento requerido assim como a delimitação do que consideram ser ou não de sua competência.

Conforme os artigos 8 e 12 é de fundamental importância que os profissionais de saúde tenham conhecimento dos direitos das mulheres em situação de violência. Entretanto, quando o serviço não é compatível com as necessidades da mulher em situação de violência a continuidade da assistência deve ocorrer através de encaminhamentos para outros pontos da rede de atenção, tais como serviços de psicologia, defensoria pública, conselho tutelar e, em casos de violência sexual, para serviços de referência específicos para cada caso.

## FRAGILIDADES DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Frente às fragilidades no cenário da assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência, o artigo 2 evidenciou fragmentação no cuidado de enfermagem onde o foco da assistência é meramente medicamentoso. Destaca-se ainda que a equipe de enfermagem precisa ter maior atuação no acolhimento a essas mulheres, contudo, não deverá ser restrito à porta de entrada dos serviços de saúde.

Estudo realizado por Zuchi et al. (2018) apontou o despreparo dos profissionais na abordagem de mulheres expostas à violência, além de pouco conhecimento e qualificação, pois, o foco da assistência estar voltado meramente para ações medicamentosas e pontuais.

Referente ao processo de trabalho do enfermeiro frente às mulheres vítimas de violência os artigos 1, 2 e 7 mostram o despreparo dos profissionais, representado na maioria das vezes pela sensação de impotência, sentimento de incapacidade e medo de represálias, caracterizando fragmentação no processo de qualificação profissional e formação acadêmica. De acordo com Kanno, Bellodi e Tess (2012) e Gomes et al. (2012) não apenas a formação e capacitação são insuficientes, mas também a falta de valorização profissional e sobrecarga de trabalho deixam os profissionais em situação de vulnerabilidade para lidar com a assistência à mulher vítima de violência.

Assim como os artigos 1, 2 e 7, o artigo 6 também discute sobre o despreparo profissional frente às situações de violência contra a mulher trazendo relevantes

reflexões em relação a culpabilização da vítima e desencorajamento da mesma em denunciar o agressor.

Somando ao exposto, Lima et al. (2012) trazem que a simplificação da assistência com vista às demandas emergenciais pode propiciar uma exposição da usuária, afetando a privacidade e, por conseguinte, uma atenção qualificada. Faz-se necessário que o enfermeiro seja capacitado, especialmente durante sua formação para executar com excelência o atendimento nas situações de violência, qualificando o atendimento e colaborando para visibilidade da violência.

O artigo 12 faz menção não apenas para o despreparo dos profissionais, como também aponta para a rotatividade dos mesmos nas ESF, fato que dificulta o cuidado e fragiliza a assistência às mulheres em situação de violência conjugal.

Em conformidade com a instabilidade de vínculo empregatício de enfermeiros e médicos, pesquisa realizada por Medeiros et al. (2010) evidenciaram que dentre os motivos pode-se destacar a rotatividade dos profissionais influenciada pela gestão político-partidária.

Morais et al. (2018) relatam que os sentimentos de maior destaque sinalizado pelos enfermeiros diante da violência contra mulheres é o de frustração, dificultando o acompanhamento e finalização do caso. Os mesmos autores ressaltam que os enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família têm um elo forte com a comunidade e por isto sentem medo de sofrer repressão pelos indivíduos que praticam a violência, por residirem na mesma comunidade e por serem atendidos no serviço de saúde da localidade.

O artigo 1 e 8 destacam outro ponto frágil na assistência a essas mulheres que gera conflitos e dificuldades que é a fragmentação da relação técnico/paciente, a exemplo da falta de compromisso nos encaminhamentos e a ausência de protocolos institucionais que respaldem o seu atendimento.

Cortes et al. (2015) afirmam que a prática assistencial de enfermagem a mulheres vítimas de violência, se resume ao cuidado físico, medicamentoso, clínico como imediato, e por ter muitas demandas na sua rotina de trabalho o diálogo acaba sendo prejudicado.

Os artigos 1, 3 e 6 fazem referência à ausência da notificação compulsória dos casos que envolvem a violência na rede básica e hospitalar, caracterizada pela falta de conhecimento e entendimento dos enfermeiros acerca deste importante instrumento que fomenta a construção de políticas públicas para o enfrentamento da

violência contra as mulheres. Tal desconhecimento da notificação compulsória afasta os profissionais do exercício legal da sua profissão, por se tratar de uma prática obrigatória para qualquer profissional de saúde.

Uma pesquisa realizada por Santos et al. (2018) evidenciou que o enfermeiro não tem propriedade a respeito da Nota Técnica do Ministério da Saúde publicada em 2011 que menciona a necessidade de notificação compulsória mesmo em casos onde há suspeita da violência. Silva et al. (2017) complementam que a porcentagem de notificação em mulheres casadas vítimas de violência é baixa, acredita-se que tal fato se dá pelo medo de sofrer mais agressão em seu lar, preocupando-se com os filhos, a falta de autonomia financeira dependendo assim do sustento advindo do agressor, contribuindo com a omissão da denúncia, gerando subnotificações e dados que não são fidedignos a realidade.

O artigo 11 destaca a necessidade de maior preparo dos enfermeiros para assistir mulheres vítimas de violência no âmbito da Atenção Básica, em especial no que tange ao conhecimento técnico, domínio das leis e decretos que visam garantir programas e ações de proteção às mulheres, além de um sistema de saúde organizado para atendê-las em situação de violência.

Logo, cabe ao enfermeiro buscar estratégias para enfrentar as barreiras na qualificação da assistência, assim como, empoderamento profissional, seja através de educação permanente em saúde ou educação continuada.

## ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

São diversas as estratégias que o profissional de enfermagem pode utilizar para acolher de forma humanizada e holística a mulher em situação de risco ou aquela em que a violência já se instalou.

Entre as possíveis estratégias de atuação dos profissionais que atuam na atenção básica, tem sido discutida a importância da abordagem da família, pela Equipe de Saúde da Família (ESF), cuja visita domiciliar favorece a aproximação e os vínculos entre comunidade e equipe de saúde (LIMA et al., 2011). Neste sentido, os artigos 9 e 17 apontam caminhos para fortalecer a assistência de enfermagem no âmbito da atenção básica, onde é possível intensificar os cuidados ofertados as

mulheres vítimas de violência através da escuta qualificada e olhar holístico, seja através da consulta ou através das visitas domiciliares, onde é possível reconhecer ou identificar sinais de violência no âmbito familiar.

Leal, Lopes e Gaspar (2011) afirmam que o apoio à mulher vítima de violência é uma das estratégias mais simples utilizadas pela equipe, que por sua vez, surte resultados positivos para as mulheres que se encontram sob condições de aceitação dessa ajuda.

Gomes et al. (2012) complementam que é necessário que o profissional de enfermagem esteja atento às especificidades de cada mulher, respeitando e permitindo uma escuta sem sentenciar suas subjetividades.

Os artigos 1 e 17 destacam a importância do enfermeiro que atua na ESF reconhecer o Agente Comunitário de Saúde (ACS) como facilitador do enfrentamento da violência contra as mulheres, pois o mesmo atua de acordo as necessidades e perfil epidemiológico através de educação em saúde. Partindo-se do pressuposto que o ACS é o elo entre a comunidade e equipe de saúde, acredita-se que tal profissional pode identificar situações de violência doméstica e encaminhar os casos para atendimento na unidade de saúde da sua área de abrangência.

Corroborando com os achados da presente pesquisa, estudo realizado por Moreira et al. (2014) identificaram que o ACS foi apontado como ator fundamental na definição, validação das ações planejadas pela ESF e monitoramento de violência doméstica contra mulheres, adolescentes e crianças. Tal fato fomenta a importância do trabalho multiprofissional

O Ministério da Saúde ressalta que no âmbito da Atenção Primária a Saúde (APS) os profissionais de saúde em especial o enfermeiro, atuam em ambientes favoráveis para o diagnóstico e atuação frente aos casos de violência contra mulher, já que favorecem espaço de denúncia, de cuidado e de proteção (MYNAIO et al., 2010).

O artigo 11 evidenciou que se faz necessário fortalecer a política de assistência através de treinamentos e capacitações em violência contra a mulher para os profissionais. Compreende-se que estas ferramentas são imprescindíveis para o empoderamento dos enfermeiros e para que possam subsidiar ações efetivas.

Neste sentido, Zuchi et al. (2018) destacam que a qualificação dos profissionais frente à abordagem adequada da mulher vítima de violência faz toda a

diferença no momento do atendimento, pois permite através da escuta inicial e acolhimento, uma aproximação de confiança, favorecendo para o cuidado e apoio ao enfrentamento da violência ocorrida.

Entretanto, Kanno, Bellodi e Tess (2012) afirmam que treinamentos e capacitações sobre violência contra a mulher oferecido à equipe multiprofissional ainda é insuficiente, visto que, profissionais ainda sentem-se inseguros nesse aspecto, por falta de preparo para lidar com as diversas situações que podem surgir como o medo de envolver-se com questões relacionadas as vítimas e falta de tempo necessário para o acolhimento a demanda.

O artigo 3 ressalta que é papel dos gestores de saúde a responsabilidade pela capacitação dos profissionais, pois a Educação Permanente em Saúde se apresenta como importante ferramenta para qualificação profissional, facilitando o conhecimento da legislação específica, assim como o reconhecimento da violência como um problema de saúde pública, contribuindo assim para um cuidado de enfermagem humanizado e fortalecimento das vítimas.

O artigo 2 evidenciou a necessidade de ações educativas em saúde envolvendo as mulheres, de forma que traga as mesmas para discussões em grupo, possibilitando assim, um leque de conhecimentos muitas vezes desconhecidas por elas sobre seu direitos e formas de cuidado e proteção.

Neste sentido, o artigo 9 salienta a importância de os profissionais frente aos atendimentos às mulheres utilizarem artifícios de divulgação com o intuito de prevenir a violência seja em mídias (escrita, falada e/ou televisionada) sites específicos da Rede como uma boa alternativa para propagar e empoderar essas mulheres. Gomes et al. (2012) sugerem que as ações de enfermagem sejam elencadas através de ações em rede e, não simplesmente no setor da saúde, uma vez que a violência a mulher é agravo que extrapola esta área, perpassando por âmbitos sociais e até mesmo, culturais.

As ferramentas de enfrentamento da violência à mulher devem possuir caráter individual tais como a utilização do atendimento empírico do que a utilização da técnica e teorias, a utilização de leituras voltadas para a temática, na falta de treinamentos específicos. Já, como medidas coletivas, são citadas as ações na comunidade com o apoio da equipe multiprofissional, os grupos de apoio, atividades vinculadas a grupos religiosos, escolas, ONGs e lideranças comunitárias (KANNO; BELLODI; TESS, 2012).

É indiscutível que a educação em saúde sempre será a melhor forma de prevenir e combater a violência contra a mulher através de informações que possam fortalecer as mulheres em situação de vulnerabilidade ou vítimas da violência. É válido ressaltar que o enfermeiro deve sensibilizar as mulheres para que esse tipo de abordagem tenha a resolutividade esperada, que em via de regra, terá como premissa a quebra do ciclo da violência e o empoderamento feminino.

O artigo 6 salienta a necessidade de mudanças nas práticas dos profissionais de saúde diante das condutas frente a violência doméstica, onde em meio assistencial se faz necessário um novo olhar na perspectiva de garantir as necessidades inerentes ao contexto de cada mulher em situação de violência além de encorajá-las para o enfrentamento da violência de forma segura e eficaz. Todavia, Gomes et al. (2012) traz ainda que é imprescindível o apoio da gestão aos trabalhadores, onde sejam garantidos recursos humanos, financeiros e suporte de trabalho adequado, para que as ações voltadas para o enfrentamento da violência sofrida por essas mulheres sejam eficazes.

Sendo assim, é notória a importância da apropriação sobre as questões de violência de gênero tanto pelos profissionais da Atenção Básica quanto pela gestão dos serviços de saúde, visto que a Unidade de Saúde da Família é, na maioria das vezes, a porta de entrada de usuárias vítimas de violência. Neste sentido, é urgente a necessidade de investimentos que perpassam desde a qualificação profissional ao suporte técnico, com o intuito de dar vistas aos diversos tipos de violência (física, sexual, psicológica, etc.), como um agravo complexo que viola os direitos das mulheres, sobretudo os direitos humanos.

## **CONCLUSÃO**

A revisão integrativa delineou um perfil de publicação de artigos científicos onde foi possível identificar diversas ações do enfermeiro que potencializam a assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência como o acolhimento com escuta qualificada, percepção das lesões através de exame físico, atendimento multidisciplinar e encaminhamentos efetivos.



Entretanto, alguns artigos associam as fragilidades do atendimento do enfermeiro às mulheres vítimas de violência ao despreparo do profissional frente aos atendimentos, rotatividade dos profissionais da ESF, encaminhamentos ineficazes, falta de protocolos institucionais, desconhecimento e ou ausência de notificação compulsória dos casos suspeitos e confirmados.

Ao conhecer as potencialidades e fragilidades da assistência de enfermagem à mulher em situação de violência, percebe-se certo distanciamento do enfermeiro entre teoria/prática e evidente falta de compromisso institucional em dar aporte técnico às equipes de saúde. Sendo assim, faz-se necessário que os serviços de saúde deem maior destaque ao combate e à prevenção da violência, permitindo assim a melhoria da assistência proporcionada.

No que se refere às estratégias de enfrentamento da violência contra as mulheres foi possível identificar diversas ações que podem subsidiar e fortalecer a rede de atenção às mulheres vítimas de violência através de visitas domiciliares, capacitações e processos de EPS com a equipe, identificação e encaminhamento de casos pelo ACS, além da realização de educação em saúde e divulgação de em mídias como mecanismo de divulgação e combate à violência.

Contudo, acredita-se que não apenas o profissional de enfermagem, como também toda equipe multiprofissional, deve intervir em ações que auxiliem as mulheres vítimas de violência a lidarem com o cotidiano pós-violência, nos cuidados fisiológicos, psicoemocionais e sociais na área de atuação de cada profissional.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**. Rio Grande do Sul, v.26, n.6, p.547-553, 2013. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002013000600007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002013000600007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

ACOSTA, D. F. et al. Aspectos éticos e legais no cuidado de enfermagem às vítimas de violência doméstica. **Texto Contexto de Enfermagem**. Santa Catarina, v. 26, n.3, 2017. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072017000300311](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300311)>. Acesso em 21 Jun. 2018.

AGUIAR, R. S. O cuidado de enfermagem à mulher vítima de violência doméstica. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 3, n.2, p.723-31, 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.19175/recom.v0i0.358>>. Acesso em 07 agosto 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**. Norma Técnica. 3. ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica [página na Internet]**. 3ª ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012 [cited 2015 Sep 2015]. Disponível em <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres – Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento -à Violência Contra as Mulheres. Brasília (DF): Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2011.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Lei n. 10.778 de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados [página na Internet]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil; 2003 [cited 2015 Sep 2015]. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.

CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. M. Intencionalidade da ação de cuidar mulheres em situação de violência: contribuições para a Enfermagem e Saúde. **Escola Anna Nery**. São Paulo, v.20, n.04, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452016000400202&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452016000400202&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 19 de Junho.

GOMES, N. P. et al. Cuidado à mulher em situação de violência conjugal :teoria fundamentada nos dados. **Online Brazilian Journal Of Nursing**. Rio de Janeiro, v.12, n.04, p. 782-793, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n1/07.pdf>>. Acesso em 16 de Junho de 2018.

GOMES, N. P.; et al. Percepção dos profissionais da rede de serviços sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 2, n. 20, 2012, p. 173-178. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4035/2787>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

KANNO, N. P.; BELLODI, P. L.; TESS, B. H. Profissionais da Estratégia Saúde da Família diante de Demandas Médico-Sociais: dificuldades e estratégias de enfrentamento. **Saúde Sociedade**, v. 21, n. 4, 2012, p. 884-894. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2012.v21n4/884-894/pt>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

LEAL, S. M. C.; LOPES, J. M. J.; GASPAR, M. F. M. Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. **Interface**, v. 15, n. 37, 2011, p. 409-424. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n37/aop0911.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

LEITE, M. T. S. et al. Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida. **Revista Latino-Americano**, v. 22, n. 1, 2014, p. 85-92. Disponível em: <[www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae)>. Acesso em 07 Novembro 2018.

LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S. Rede de atenção à mulher em situação de violência: os desafios da transversalidade do cuidado. **Revista Eletrônico de Enfermagem**. Goiânia, v.17, n.4, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/32977/0>>. Acesso em 19 de Junho de 2018.

LIMA, M. C. C. S. et al. Atuação profissional da atenção básica de saúde face à identificação e notificação da violência infanto-juvenil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, BA, v. 35(Supl.1), p.118-137, 2011. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/01000233/2011/v35nSupl1/a2303.pdf>>. Acesso em 07 agosto 2018.

\_\_\_\_\_, A. de A. Et al. Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 6, n.2, p. 65-68, abr.-jun.2017. Disponível em <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5783>>. Acesso em 07 agosto 2018.

MACHADO, M, E, S. et al. Percepção de profissionais de saúde sobre violência contra a mulher: estudo descritivo. **Revista online Journal of nursing**. Pelotas, v.16, n.1, p. 209, 2017. Disponível em: <[http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5596/pdf\\_2](http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5596/pdf_2)>. Acesso em 30 de Junho de 2018.

MEDEIROS, C. R. G. et al., A rotatividade de enfermeiros e médicos: um impasse na implementação da Estratégia de Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva** vol.15, supl.1 Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700064>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Revista Saúde Social**. São Paulo. v. 23, n.3, 2014, p. 778-786. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300778&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300778&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em 30 de Junho de 2018.

MYNAIO, MCS; DJAINE K; ASSIS SG; CONSTANTINO P. (Org.). **Impactos da Violência na Saúde**. Fundação Osvaldo Cruz. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública de Sérgio Arouca. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010. p. 22.

MOREIRA, T. N. F. et al. A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família. **Revista Saúde Sociedade São Paulo**, v.23, n.3, p.814-827, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0814.pdf>>. Acesso em 07 Novembro 2018.

MOURA, M. P. B.; GUIMARÃES, N. C. F., CRISPIM, Z. M. Assistência de Enfermagem às mulheres vítimas de violência: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 1, n. 4, p. 571-582, 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.19175/recom.v0i0.132>>. Acesso em 07 agosto 2018.

PÉREZ, B. A. G. et al. Aborto provocado: Representações Sociais de Mulheres. **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.21, n.esp.21, p.736-742, 2013. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v21esp2/v21e2a07.pdf>>. Acesso em 16 de Junho de 2018.

RODRIGUES, W. F. G; RODRIGUES, R. F. G.; FERREIRA, F. A. Violência contra a mulher dentro de um contexto biopsicossocial um desafio para o profissional da enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v.11, n.4, p. 1752-1758, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>>. Acesso em 21 de Junho de 2018.

SANTOS, J. Conhecimento de enfermeiras em unidades de saúde sobre a assistência à mulher vítima da violência. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, v.28, n.3, p.260-270, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/9255>>. Acesso em 17 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_, S. C. dos. Et al. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: COMO OS PROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE ESTÃO ENFRENTANDO ESTA REALIDADE?. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, PR, v. 11, n. 2, p. 359-368, maio/agosto 2018. Disponível em <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/6665>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

SILVA, E.B. et al. Violência contra a mulher: limites e potencialidades da prática assistencial. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**. Rio Grande do Sul, v.26, n.6, p.608-613, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002013000600016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000600016)>. Acesso em 08 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_, N. N. F. et al. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. **Enfermagem em Foco**. Salvador. v.8, n.3, p.70-74, 2017. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1290>>. Acesso em 24 de junho de 2018.

SILVINO, M.C.S. et al. Mulheres e Violência: Características e Atendimentos Recebidos em Unidades de Urgência. **Journal of Health Sciences**. Maringá, v.18, n.4, p.240-244, 2016. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/JHealthSci/article/view/3240>>. Acesso em 14 de Junho de 2018.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>>. Acesso em 07 Ago. 2018.

TRIGUEIRO, T. H. et al. O sofrimento psíquico do cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico. **Escola Anna Nery**. São Paulo, v.21,n.3,p.1-7, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt\\_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0282.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0282.pdf)>. Acesso em 16 de Junho de 2018.

VICENTE, L. M; VIEIRA, E. M. O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de medicina e médicos residentes. **Revista Brasileira de Educação Médica** [Internet]. 2009 [cited 2015 Oct 05]; 33(1):63-71. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33n1/09.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2018.